

1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais

(In)justiça social e ruralidades em  
tempos de emergências climáticas



Síntese do Grupo de Trabalho 05 De dentro  
"da porteira", olhando o campo de "cima":  
os estudos rurais entre as elites e  
classes dominantes



Realização



Apoio



SECRETARIA DE CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA  
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º  
ENCONTRO  
da Rede  
de Estudos  
Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



## Síntese do Grupo de Trabalho 05 De dentro “da porteira”, olhando o campo de “cima”: os estudos rurais entre as elites e classes dominantes

### Coordenadores

Marcos Botton Piccin (UFSM) – [marcospiccin@gmail.com](mailto:marcospiccin@gmail.com)

Valdênio Meneses (UFCEG) – [valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br](mailto:valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br)

Na última edição do Encontro da Rede de Estudos Rurais (2023), em São Carlos (SP), registramos debates suscitados nos três dias do GT sobre elites e classes dominantes do mundo rural. Um tema e incômodo comum: pesquisar elites e classes dominantes de fato coloca uma “autoridade confusa” aos pesquisadores e pesquisadoras. É um meio que tenta ser superior, controlar e distinguir qualquer informação ouvida e escrita. Os constrangimentos também vêm pelas diferenças de visões de mundo e opiniões políticas: aqui quase como “rito de passagem” a quem pesquisar “ricos do campo” é ter de escutar – às vezes atenciosamente - julgamentos negativos de pessoas das elites do mundo rural sobre as políticas sociais de distribuição de renda e crédito rural ou qualquer demanda que traga melhorias econômicas no acesso à terra de populações pobres e historicamente marginalizadas. Aqui se exige um treino de “paciência” e escuta e reflexividade que jamais será descrito em qualquer manual metodológico de pesquisa nas ciências sociais.

Nesta edição da Rede Rural de 2025, retomamos esses debates com uma nova “safra” de artigos que atestam a vivacidade do tema das elites e classes dominantes do mundo rural, colocando pesquisadores e pesquisadoras a lidar com essas contradições e demandas descritas acima em seus estudos. Novamente conseguimos agregar artigos e pesquisas acerca de frações das classes dominantes e elites do mundo rural tanto em nível de Brasil como em relação a uma geopolítica mundial cada vez mais disputada e acirrada entre guerras comerciais e guerras por território, recursos materiais e simbólicos, etc. Nesse ponto os artigos enviados para esta edição do GT inovam, renovam e reforçam um olhar sobre determinados grupos e processos sociais e econômicos daqueles que



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



## 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



reivindicam estar/ser o “topo” das sociedades. Distribuimos os temas dos treze textos nos seguintes eixos que dialogam – com maior ou menor intensidade – com todas as pesquisas:

- A) Legalidade, legitimidade, regulamentações, juristas direito como linguagem de poder no mundo rural.
- B) Dimensões econômicas e políticas dos patronatos entre fronteiras agrícolas, alimentares, mineradoras e a formação de quadros governamentais até identidades regionais.
- C) Antigas e novas questões agrárias: velhas e novas “porteiras” da dominação entre elites e classes dominantes do mundo rural.

O artigo que é “vitrine” do eixo A é o da professora Ana Castro (UFES) **A sala de aula como trincheira: ensino jurídico e a formação dos juristas do agronegócio**. Nele, a autora analisa a atuação de uma fração da elite jurídica do agronegócio a partir da observação etnográfica de um curso de pós-graduação promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito do Agronegócio (IBDA). O enquadramento cada vez mais intenso da vida social (política, economia, cotidiano) nos códigos da judicialização impõem estratégias de formação educacional para o agronegócio. Aumenta a necessidade de formação de quadros e notadamente de uma elite “jurídica” próximo aos interesses do agro: uma rede de advocacia, docentes e magistrados que busca legitimidade para o IBDA e consolidação de sua autoridade sobre o direito do agronegócio junto a entidades representativas do setor. Trata-se de uma pedagogia que busca formar um ethos comum que articula linguagem jurídica, racionalidade econômica e estratégia política. Importante dizer que esse artigo também dialoga com debates enquadrados no eixo B.

Das minúcias na formação educacional de quadros jurídicos para o “agro” podemos articular com a perspectiva do artigo **Privilégios ao agronegócio e a marginalização da agricultura familiar à luz de princípios constitucionais**. Este estudo feito por Monyele Camargo Graciano, Maria Cristina Vidotte Blanco Tárrega, Leandro de Lima Santos (Centro Universitário Uniaraguaia e UFG) analisa a política agroalimentar brasileira sob a ótica jurídico-constitucional, com ênfase nas disparidades estruturais no acesso ao crédito rural entre o agronegócio e a agricultura familiar. Usualmente esse debate que envolve a configuração de governos e Estado brasileiro fica “preso” somente a comparação do aporte quantitativo de recursos orçamentários para



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



## 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



setores do agronegócio e agricultura familiar. Muito se produziu sobre esse tema principalmente entre os governos FHC e Lula na transição do século XX-XXI. Aqui, o trio autoral levanta dados orçamentários mas também debatem o desenho jurídico de princípios constitucionais da isonomia (art. 5º, CF/88), da redução das desigualdades regionais e sociais (art. 3º, III, CF/88), bem como à soberania alimentar, reconhecido de forma implícita nos arts. 1º, III; 3º, II; 170, VI. Indo aos fundamentos jurídicos o artigo debate as normas como a Constituição de 1988, as Leis Agrícolas e as resoluções do Banco Central

Ainda nesse debate do eixo jurídico do agronegócio, destacamos o artigo **Bioinsumos no Brasil: Conflitos e Disputas na Regulamentação da Lei 15.070/2024** dos autores Igor Binotto Benetti e Marcos Botton Piccin (UFSM). A recente aprovação da Lei 15.070/2024 evidencia um campo de divergências internas aos grupos, bem como contradições internas ao Estado. Esse fato, evidencia que os bioinsumos não são meramente uma inovação técnica, mas também, um campo de lutas que redefine relações de poder na agricultura. O artigo não debate as decisões regulatórias, mas da capacidade dos agentes em articular alianças e discursos que legitimam seus interesses no campo fortemente disputado pelo agronegócio.

Como “porta de entrada” do eixo B posicionamos o artigo **Entre o Apoio e a Tensão: As Relações da SRB e da SRA com as Ditaduras Cívico-Militares no Brasil e na Argentina (1964-1983)** de autoria do professor Leandro Gomes Gentil (UNIRIO). Retomando perspectivas clássicas dos estudos rurais, elites e classes dominantes – consagrados por professoras como Regina Bruno e Sônia Mendonça e seus diálogos entre Gramsci e Bourdieu - a pesquisa analisa a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Sociedad Rural Argentina (SRA) entre os regimes ditatoriais cívico-militares no Brasil (1964-1985) e na Argentina (1966-1973 e 1976-1983). A investigação revela um apoio estratégico inicial aos golpes, motivado pela defesa de seus interesses frente a ameaças de reforma agrária e mobilizações sociais. Mas também as nuances da pesquisa apontam para momentos de divergência desses grupos com as ditaduras dos países em razão das questões tributárias e à condução da política fundiária.

Outro texto que retoma a perspectiva gramsciana para analisar a relação entre Estado, elites e políticas alimentares é o artigo **Disputando o estado: o papel menosprezado da política e do poder na definição de transições sustentáveis nos sistemas alimentares** da parceria entre Ricardo Serra Borsatto (UFSCAR), Danella Rossi (Univ Pisa), Leandro de Lima Santos (UFG). Este debate visa compreender como



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



## 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



as elites do agronegócio mobilizam poderes material, institucional e discursivo para manter sua hegemonia. Conceitos como hegemonia, bloco histórico, Estado integral, guerra de posição, revolução passiva e transformismo são utilizados para revelar as estratégias dos atores incumbentes de bloquear, cooptar ou neutralizar inovações oriundas de nichos. Tudo isso é articulado numa perspectiva multinível.

Em um recorte mais do final do século XX, o artigo **Efeito-estado das estratégias patronais no desenvolvimento regional da “metade sul” (1990-2000)** da autora Pâmela Kenne (UFRGS) também toca no tema de como as elites rurais exercem poder e ocupam com seus quadros espaços nas instituições estatais. A autora se debruça nas estratégias da Farsul ao fim da década de 1990 e início dos anos 2000, período que coincidiu com o pós-crise da economia estancieira, quando o preço geral dos bovinos foi reduzido e os estancieiros pecuaristas passaram a aumentar a integração das lavouras de soja e arroz nas propriedades. Essa é uma passagem que marca a incorporação de um pensamento econômico orientado pela “produtividade” que as novas relações de mercado impõem: algo que esses grupos não adotavam como elemento principal de seu poder durante o processo de ascensão que tiveram em todo século XX. Por fim, essa transição do século XX-XXI e o “efeito-estado” junto aos estancieiros enfraquece políticas de reforma agrária e reconversão industrial e consolida um modelo de desenvolvimento centrado na agroexportação, o que reforçou a hegemonia dos setores agropecuários. Aqui articulamos com o texto **Apontamentos sobre a neoliberalização da fronteira agrícola** da dupla Valter Lúcio de Oliveira (UFF) e Eve Anne Bühler (UFRJ) que privilegia o olhar sobre o Estado e a dinâmica de expansão da fronteira agrícola no Brasil. A relação aqui é Estado, ações de empresas e atores das classes dominantes no campo inseridos no comércio internacional do Brasil como país do agronegócio. Longe de vantagens comparativas “naturais” a busca de terras e a ocupação de frentes pioneiras representa o processo em que o Estado brasileiro legitimou a apropriação e exploração privada de terras públicas, promovendo sua incorporação ao circuito do capital.

A transição entre o Eixo B e eixo C passa por dois artigos que abordam “imagens regionais” estabelecidas na disputa de elites envolvidas com processos fundiários. Primeiro o texto **“O vale do lítio” para superar o “vale da miséria”:** **velhas e novas imagens da dominação** de Fabiano Rosa de Magalhães (IFNMG), além de incorporar o debate sobre a mineração ao GT, problematiza como tem sido imposto a “identidade” de Vale do Lítio à região do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. O segundo artigo trata de **A emergência de “novos” atores políticos no Cariri paraibano: estratégias progressistas e alternância de poder**, das autoras Kátia Carina e Jéssica Vieira (UFCG).



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



## 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



Ambos os trabalhos debatem a ideia de região como uma construção político-social e, a partir disso, de como são disputados esses sentidos. No caso de Minas Gerais, a mineração, ao tentar mudar a imagem do Jequitinhona “Vale da Miséria”, insere novos problemas a uma dinâmica fundiária que já envolvia conflitos com comunidades rurais (quilombolas, camponeses). No caso do Cariri da Paraíba, as autoras destacam “novos progressistas” que venceram eleições municipais em diferentes municípios no século XXI: a análise incide que as relações entre “novos” e “velhos” atores da política implica tanto conflitos quanto também acomodações.

Ainda conectando Minas Gerais e Paraíba e enquadrados no eixo C, temos um “pacote” de quatro artigos que relacionam elites e sentidos de poder e memória sob olhar das ciências sociais em diálogo com debates e métodos da historiografia. Aqui as pesquisas evidenciam como elites e classes dominantes do mundo rural fazem movimentos entre investimentos econômicos, intelectuais, arquitetônicos e patrimoniais – levando em conta turismo ou cultura intelectual. Em **A porteira e o portão: limites simbólicos entre casa-grande e comunidade na arquitetura do açúcar** a autora Samara Sales (UFCG) evidencia como os antigos engenhos se transformaram em patrimônio edificado e, posteriormente, em espaços de lazer e turismo na região do Brejo paraibano. Uma das principais preocupações da autora é a patrimonialização dos engenhos que “filtra” memórias e histórias: as memórias desconfortáveis de exploração e resistência são frequentemente relegadas à invisibilidade. Na visão de turismo o que foi casa-grande permanece erguido, limpo, digno de visita; o que foi senzala vira terreno vago, sombra, silêncio.

Por sua vez, em um recorte temporal da virada do século XIX-XX temos o texto **Modernização e Poder no Norte de Minas: Elites intelectuais e o Controle do Discurso nos Vales da Jahyba, norte de Minas Gerais (1888-1928)**, de Andrey Lopes de Souza (UFVJM), Aparecido Pereira Cardoso (Univ. Uberaba) e Valéria de Jesus Leite (Unimontes). Tendo como principais fontes textos da imprensa, o artigo analisa como elites de Montes Claros buscaram protagonismo na condução da modernização dos vales úmidos dos rios Verde Grande e Gortuba, também conhecidos como Mata da Jahyba. Destaca o esforço de intelectuais, como Antonio Augusto Veloso, que visavam não apenas o aproveitamento econômico da região, mas também o reordenamento territorial e higienista do projeto de nação pós-abolição. Nesses empreendimentos intelectuais interessava descrever a Jahyba como espaço “devoluto” e “deserto”, ou seja, negando a existência de populações camponesas, mestiças e negras que circulavam na região.



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



## 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



Essa indissociabilidade entre antigas e novas questões agrárias e questões raciais – e suas invisibilidades de trabalhadores fora de um modelo de branquitude - é debatida em recorte mais contemporâneo no artigo **Empresários orizícolas e pecuaristas: indignidade e branqueamento social da atividade agropecuária**. A autora, Dayana Cristina Machado (UFS), fez uma etnografia no ano de 2022 entre esses setores sociais no Rio Grande do Sul e evidenciou que no imaginário do arroz há mais do que uma simples atividade agropecuária empresarial: seria uma ação audaciosa de empreendedores brancos. Exemplar nesse sentido é uma palestra que a autora registra na câmara de vereadores de uma cidade: intitulada “O caminho do arroz” a palestra narra a história da chegada do arroz naquele município. Guiada por um palestrante, um pecuarista e herdeiro de terras, a narração destaca apenas o passado de açorianos, italianos e alemães no sucesso da cultura do arroz, e mais tarde do gado, naquela região. Os trabalhadores negros da lavoura, da colheita, do *rouguing*, operadores das máquinas colheitadeiras de comunidades quilombolas são invisibilizadas na memória desse empresariado orizícola e pecuarista.

O tema do poder relacionado a racialização – no caso não-humana - e demandas empresariais também será articulado no artigo os “**Empresários rurais**” criadores de equinos e a relação com a atividade de vaquejada das autoras Jéssica Vieira (UFCG) e Kátia Carina Mesquita (UFCG). O trabalho analisa uma competição de vaquejada, conhecida como X1, que tem sido financiada e patrocinada por empresas de apostas (as Bets). O artigo correlaciona esse circuito com os maciços investimentos na comercialização de animais e sêmen, que ultrapassa o interesse nos cavalos como meio de transporte e tração de carroças, e sim como mercadorias de luxo. Nesse contexto de pesquisa há um registro de como esse empresariado dos equinos não dependem da terra mas de um uso muito mais simbólico e de identidade da vaquejada. Por fim, importante demarcar como as autoras trazem um giro de temas entre convivência com as secas e estetização da vaquejada mirando olhar em grupo de empresários rurais que se diferenciam tanto dos agricultores familiares quanto dos antigos latifundiários.

O tema das secas e novas dinâmicas em “antigas porteiras” também se faz presente no texto **Fazendas Históricas no Cariri e turismo rural: reflexões a partir da Fazenda Gangorra, Cabaceiras/PB** do pesquisador José Genilson Farias (UFCG). O autor analisa os investimentos no turismo em torno de uma centenária fazenda, a Gangorra, na região do Cariri Paraibano. Nos discursos do instagram da fazenda destaca-se um turismo próximo a natureza, a partir de trilhas e produção de tábuas artesanais. Nesse ponto, o autor reflete sobre como o território da fazenda – ao buscar visitantes - articula novos



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



## 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



discursos sobre patrimônio e as secas, das transformações produtivas da região, outrora conhecida como cultivo do alho e hoje região de turismo relacionado a caprinocultura.

\*\*\*

Em recente dossiê "**Poder e dominação no “andar de cima” do mundo rural brasileiro**"<sup>1</sup>, publicado pela revista *Século XXI* da UFSM, fizemos a seguinte provocação a partir de uma frase: sua pesquisa dialoga com o trabalhador? Essa frase pintada em muros das universidades ou muito presente nas redes sociais “doutas”, por vezes viralizam debates, embates e “tretas” acerca de como o texto acadêmico teria a obrigação de dialogar e “ajudar” a classe trabalhadora e outros grupos subalternos. Essa cobrança é generalizada para qualquer área, mas, de fato, tem maior intensidade nas ciências humanas. Afinal, séculos antes dos algoritmos da internet as chamadas humanidades já buscavam seu estatuto de ciência adentrando ao debate clássico de como, ao mesmo tempo, lidar e analisar inevitáveis paixões, juízos políticos e visões de mundo em conflito na vida em sociedade. Nisso, ao assumir a demanda de analisar os que sofrem as mais duras experiências de poder e hierarquias nas sociedades humanas (classe, gênero, racismo, colonialismo, status etc.) a pesquisa acadêmica acabaria fazendo um exorcismo de um natural “elitismo” e dificuldade de compreensão aos “não iniciados” nos códigos, teorias e conceitos acadêmicos. Ouvir, analisar e escrever sobre a “voz dos subalternos”, além de exercício de empatia, ajudaria a derrubar “muros” e barreiras do campo universitário, barreiras essas legitimadas por uma língua culta e técnicas de escrita inacessíveis de seus editais de seleção e difíceis concursos que avaliam currículos de artigos, teses e dissertações. Exagerado ou não, esse juízo do que deve ser uma “boa pesquisa” é efeito de acúmulo de debates e pesquisas orientadas por tradições e escolas feitas nas ciências humanas e sociais. Temos, por exemplo, as várias linhagens marxistas ou as abordagens antropológicas que exercem grande fascínio pela maneira com que desvendaram mecanismos sociais de dominação em nível material ou ideológico

Interessante notar como essas missões salvacionistas acabam, na “melhor”<sup>2</sup> das intenções, fundando (mais um) espaço de angústias e justificativas principalmente a quem

<sup>1</sup> Ver <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/90497>>

<sup>2</sup> Também pensar que das boas intenções, o “inferno” intelectual epistêmico e colonial está cheio: ver por exemplo a crítica que faz Abu Lughod (2012) de como a antropologia entrou numa missão salvacionista e reificadora das culturas muçulmanas e sua relação com as mulheres. Nesse caso o antigo colonialismo



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



## 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



vai fazer um outro tipo de pesquisas nas ciências sociais focadas no estudo dos dominantes do espaço social – como no caso dos trabalhos apresentados neste dossiê. Um espectro ronda quem vai fazer pesquisas ocasionais ou vai orientar toda uma carreira acadêmica analisando as elites, classes e grupos dominantes. Quem faz ciência social e analisa o complexo mundo do “topo” da sociedade, a todo momento corre os riscos de acusação de “traição”, causando eventualmente desgosto ou sendo alvo de piadas de colegas que defendem uma missão de ciência engajada que pesquise e seja a favor dos mais pobres; como que se entender as relações de dominação entre indivíduos, grupos ou classes fosse possível sem um olhar para o conjunto do espaço social e as distintas estratégias para manter ou melhor as posições nesse espaço.

Munidos de reflexão e crítica – e principalmente de pesquisas fundamentadas – podemos fazer perguntas gerais aos autores/autoras dos trabalhos agora apresentados neste GT: quais incômodos e improvisos ao se pesquisar elites e classes dominantes foram encontrados? Quais erros, hesitações e processos de poder envolveram a construção das pesquisas? Que tipo procedimento de pesquisa foi construído para lidar com os muros entre quem pesquisa elites? Como lidar com incômodos e “raivas” da elite e classe dominante e como transforma-los em dados de pesquisa? Nesse ponto colocamos uma enxurrada de perguntas e provocações abaixo:

1) Como chegar nas elites e classes dominantes do campo? Como os artigos “chegam” ao mundo das elites?” Como pensar as interações e momentos da entrevista do pesquisador/pesquisadora enquanto momento de grande incômodo; quais controles? Será que estão respondendo corretamente? Será que o pesquisador está fazendo perguntas corretas?

2) Quais encantamentos formam o poder das elites e classes dominantes? A terra e patrimônio material e agricultura e pecuária persistem como elemento de poder, mas associado a outros simbólicos. Pensar também como dramas particulares das elites que se tornam símbolos de nação/ região. A violência – em várias acepções – é também um ponto de forte encantamento das dominações e poderes.

3) Refletir sobre os incômodos de quem vai fazer pesquisa aos encantamentos do universo dos ricos do campo: que tipo de sentimentos (raiva, ódios, apegos etc.) faz com que alguém se dedique à pesquisa do mundo dos “ricos do campo”? Ao pesquisar esses grupos é preciso desencantar os símbolos de poder das elites? É preciso se defender

---

encontra “ocidentalmente” com uma moderna retórica missionária salvacionista e feminista.



1 A 5 DE SETEMBRO  
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



# 11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social  
e ruralidades em tempos  
de emergências climáticas



e contra-atacar os encantamentos? A pesquisa deve desconstruir os encantamentos da elite sobre si mesmos?

Se essas questões dizem mais respeito à relação do/a pesquisador/a com a temática e os processos/escolhas metodológicas, um conjunto de outras questões pode ser formulado do ponto de vista das opções teóricas que os vários trabalhos adotam. Além disso, é importante considerar em nossas discussões do GT o que é recorrente em termos de conclusões dos trabalhos, pois terá a potência de construção de sínteses que, possivelmente, falará da natureza das classes dominantes que possuem interesses no campo brasileiro. Esperamos aprofundar essas discussões conjuntamente.